

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CÂMPUS AQUIDAUANA  
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/ INGLÊS**

**GIOVANNA FERNANDES**

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA MÃE DE SURDOS DO MUNICÍPIO DE  
AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO DURANTE A  
PANDEMIA**

**AQUIDAUANA, MS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CÂMPUS AQUIDAUANA  
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS/ INGLÊS**

GIOVANNA FERNANDES

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA MÃE DE SURDOS DO MUNICÍPIO DE  
AQUIDAUANA-MS: DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO DURANTE A  
PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFMS -  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito  
para a obtenção do título de licenciada em Letras  
Português/Inglês sob orientação do Prof. Dr. Bruno Roberto  
Nantes Araujo.

Aquidauana, MS  
Junho/2025

Processo: 23450.000187/2020-09 Documento: 5681500



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



### ATA DE SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às quatorze horas do dia dez do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, por meio da Plataforma *Google Meet*, foi aberta a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE UMA MÃE DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MS: DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO DURANTE À PANDEMIA", realizado pela discente Giovanna Fernandes, RGA N° 202004320017, e apresentado ao Curso de Letras - Licenciatura - Habilitação em Português e Inglês, do Campus de Aquidauana, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras - Habilitação em Português e Inglês, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Roberto Nantes Araujo (UFMS). Após a apresentação do trabalho por parte da autora, a Prof.ª Dr.ª Rejane de Aquino Souza (UFMS) e a Prof.ª Dr.ª Facunda Concepcion Mongelos Silva (UFMS) arguíram a discente no que tange à sua pesquisa. Tendo a autora respondido às questões e feito suas considerações finais, a banca reuniu-se para deliberar o que segue: a banca examinadora resolveu pela APROVAÇÃO. A mesma se comprometeu a enviar a versão final do trabalho para o e-mail da Coordenação do Curso de Letras (letpolit.cpaq@ufms.br) com cópia para o orientador (bruno.nantes@ufms.br) dentro do prazo indicado pelo Calendário Letivo da Instituição. Encerrada a sessão pública de defesa, segue a ata assinada pela concluinte, pelo presidente da banca e pelas arguidoras.

Aquidauana, 10 de junho de 2025.

<b>NOTA MÁXIMA NO MEC</b>	<b>UFMS É 10!!!</b>		Documento assinado eletronicamente por <b>Bruno Roberto Nantes Araujo, Professor do Magisterio Superior</b> , em 11/06/2025, às 13:36, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
<b>NOTA MÁXIMA NO MEC</b>	<b>UFMS É 10!!!</b>		Documento assinado eletronicamente por <b>Facunda Concepcion Mongelos Silva, Professora do Magistério Superior</b> , em 17/06/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
<b>NOTA MÁXIMA NO MEC</b>	<b>UFMS É 10!!!</b>		Documento assinado eletronicamente por <b>Rejane de Aquino Souza, Professora do Magistério Superior</b> , em 30/06/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
<b>NOTA MÁXIMA NO MEC</b>	<b>UFMS É 10!!!</b>		Documento assinado eletronicamente por <b>Giovanna Fernandes, Usuário Externo</b> , em 30/06/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5681500** e o código CRC **2F10DA2D**.

#### COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - LICENCIATURA

Rua Oscar Trindade de Barros, 740 - Bairro da Serraria

Fone:

CEP 79200-000 - Aquidauana - MS

Aos meus pais com amor e carinho  
**Dedico.**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por me conceder sabedoria para aprender e resiliência para concluir a graduação.

Agradeço aos meus pais pelo amor e carinho a mim dedicados e pelo apoio incondicional.

Agradeço aos professores do Curso de licenciatura em Letras Português/Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Bruno Roberto Nantes Araujo pelos ensinamentos e pelas valiosas orientações.

Agradeço à banca examinadora por ter aceitado o convite e por suas contribuições para com o meu trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC), é o resultado da pesquisa realizado durante o Curso de Letras em Habilitação Língua Portuguesa/ Língua Inglesa, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus de Aquidauana-MS. Este trabalho tem como objetivo descrever o relato das experiências de uma mãe de surdos moradora do município de Aquidauana, no estado de Mato Grosso do Sul. Relatou-se neste trabalho as experiências vividas por tia “Cecilia” durante a escolarização dos filhos surdos, em especial, as implicações encontradas durante a escolaridade deles, no período da Pandemia da Covid-19 nos anos 2020 a 2021. O interesse por esta temática se deu durante o curso nas aulas de duas disciplinas inseridas no currículo do Curso de Letras na universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, a “Estudo de Libras” e a “Língua Portuguesa para Surdos”. Bem como, ter em minha família dois primos, um com deficiência auditiva (perda auditiva parcial) e outro surdo (perda auditiva total). Durante o período pandêmico, pude ouvir da minha tia várias situações críticas em relação à escolarização de seus filhos. Situações que comumente envolviam constrangimento e desgaste para ela e seus filhos. Com isso, optamos por realizar esta pesquisa de forma qualitativa, com relatos de experiências dessa mãe, investigando a partir de uma entrevista com um roteiro semiestruturado. Foram encontrados, a partir dos relatos, fortes indícios que apontam falhas no atendimento educacional especializado adotado na escolarização de surdos e pessoas com deficiência auditiva, principalmente durante o período de pandemia.

**Palavras-chave:** Alunos surdos. Deficiência auditiva. Escolarização.

## ABSTRACT

This course conclusion paper (TCC) is the result of research carried out during the Portuguese Language/English Language course at the Federal University of Mato Grosso do Sul, on the Aquidauana-MS Campus. The aim of this work is to describe the experiences of a mother of deaf people living in the municipality of Aquidauana, in the state of Mato Grosso do Sul. In this work, the experiences lived by Aunt “Cecilia” during the schooling of her deaf children were reported, especially the implications encountered during their schooling, during the period of the Covid-19 Pandemic in the years 2020 to 2021. My interest in this subject arose during the course in the classes of two subjects included in the curriculum of the Letters Course at the Federal University of Mato Grosso do Sul - UFMS, the “Study of Libras” and the “Portuguese Language for the Deaf”. As well as having two cousins in my family, one with hearing loss (partial hearing loss) and the other deaf (total hearing loss). During the pandemic, I heard from my aunt several critical situations regarding her children's schooling. Situations that often involve embarrassment and stress for her and her children. With this in mind, we decided to carry out this research in a qualitative way, with accounts of this mother's experiences, investigating from an interview with a semi-structured script. Based on the reports, we found strong evidence of shortcomings in the specialized educational care adopted in the schooling of deaf and hearing-impaired people, especially during the pandemic period.

**Keywords:** Deaf students. Hearing impairment. Schooling.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AEE - Atendimento Educacional Especializado

PNEEPEI - Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

EAD - Educação à Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

PPP - Projeto Político Pedagógico

Rais - Relação Anual de Informações Sociais

SRM - Salas de Recursos Multifuncionais

TILS - Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
	1.1 APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA .....	1
	<b>1.2 Objetivo Geral</b> .....	<b>2</b>
	1.2.1 Objetivos Específicos .....	2
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>3</b>
	2.1 APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA .....	3
<b>3</b>	<b>A LINGUAGEM NA ESCOLARIZAÇÃO BILÍNGUE</b> .....	<b>5</b>
<b>4</b>	<b>A PANDEMIA DA COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>5</b>	<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA DE “CECÍLIA”, MÃE DE SURDOS</b> .....	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>20</b>
	<b>APÊNDICE I</b> .....	<b>24</b>
	<b>APÊNDICE II</b> .....	<b>26</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

No decorrer do curso de Letras habilitação em Língua Portuguesa/Língua Inglesa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no Campus de Aquidauana-MS, tive duas disciplinas chamadas de “Estudo de Libras” e “Língua Portuguesa para Surdos”, que me chamaram muito à atenção, haja vista que tenho em minha família materna, uma parente que teve cinco filhos, dentre eles, dois filhos são surdos, sendo um com perdas auditivas bilateral severa e o outro leve.

Em conversa informal com “Cecília”, soube que ambos estavam matriculados em escolas regulares de ensino, na época estavam no Ensino Fundamental, um no 8º ano e o outro no 6º ano. “Cecilia”, falava muito sobre as dificuldades que encontrou, não somente no cotidiano familiar, mas também na sociedade e, principalmente, durante o processo de escolarização deles. Ela relatou também que no período de pandemia da Covid -19 foi um grande caos para poder ajudar seus filhos na escola, nas suas tarefas de modo geral, por conta da falta de apoio, de um atendimento educacional especializado, principalmente quanto aos professores, o que explicou que muitos estavam despreparados.

Dizia que, na escola, com o ensino remoto durante a pandemia, ela teve muitos problemas com as atividades escolares de seus filhos, pois na educação bilíngue de surdos, devido à demora da Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais - TILS em adaptar e mandar as tarefas. Ainda disse que quando mandava, enviava vídeos que eram só sinais e não havia gravuras; e então eles não conseguiam fazer, pois não entendiam o que se passava no vídeo.

Quando “Cecilia” questionava as atividades escolares enviadas pela professora, ela dizia que não havia percebido, pois tinha preparado a atividade para a turma toda. Vinham questões para eles responderem de “Como eram seu dia a dia?”, “Qual sua música preferida?”, “O que quer ser quando crescer?”. “Então, própria mãe dos alunos surdos fazia as atividades e colocava no material o seguinte questionamento para a professora: “Se eles são surdos como irão responder questões que não estão em Libras?”

Atualmente, seus filhos estão no 2º ano do Ensino Médio e no 9º ano do Ensino Fundamental. Sua maior preocupação é de como seus filhos farão o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM se não têm o apoio educacional adequado; mesmo que seja assegurado por lei a

educação bilíngue para surdos, a aquisição de Libras como primeira língua ainda é ineficiente em escolas públicas brasileiras. Tendo em minha família esse problema, gostaria de mostrar como realmente as dificuldades são enfrentadas e como a ausência de um apoio adequado pode prejudicar o aluno surdo.

Chegando próximo aos anos finais do curso, a preocupação aumentou no que tange à produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Pensando a situação que “Cecília” e seus filhos surdos enfrentaram em relação à escolarização bilíngue durante o período da pandemia da covid-19, percebi que a temática é de suma relevância para investigação e discussão. Para tanto, essa pesquisa buscou entender as dificuldades que ela enfrentou durante a pandemia e não somente, mas ainda nos dias de hoje, tanto na escolarização bilíngue como no seu dia a dia.

## **1.2 Objetivo Geral**

Registrar por meio de relatos de uma mãe de surdos a falta de acessibilidade enfrentadas na educação bilíngue para surdos durante o período da pandemia da covid-19.

### **1.2.1 Objetivos Específicos**

a) Discorrer sobre a educação bilíngue para surdos; b) Investigar a falta de acessibilidade educacional de dois alunos surdos no período pandêmico (2020-2021); c) Analisar o relato de experiência de “Cecília”, mãe de surdos por meio de estudo de caso.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 PARTICIPANTE DO ESTUDO

A participante (entrevistada) “Cecília”, conhece Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas não executa. Só alguns sinais para comunicação, ela tem 41 anos, nasceu na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR e reside em Aquidauana-MS desde 2003. Ela tem 5 filhos, sendo 4 meninos com idades de 4, 6, 16 e 15 anos e uma menina de 24 anos de idade. A participante é mãe de dois filhos surdos, com perdas auditivas distintas, um com a perda auditiva bilateral tipo severa e o outro com perda auditiva bilateral tipo leve e, ambos estudam atualmente em escolas da rede estadual de ensino.

Nesta pesquisa utilizou-se a metodologia de abordagem qualitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de roteiro semiestruturado e conversa informal, e o tipo de pesquisa foi um estudo de caso descritivo. Segundo Moura e Ferreira (2005, p.65) este tipo de técnica “é um formato mais flexível e aberto, que implica grande participação do entrevistador”. A partir de um roteiro com questionário semiestruturado elaborado antecipadamente, e com a preocupação da ética em pesquisa e integridade da participante da pesquisa, elaborou-se o “Termo de Consentimento e Esclarecido” (Apêndice I) indicando a proposta da pesquisa e os objetivos gerais (Moura; Ferreira; Paine, 1998, p. 78). O documento foi encaminhado antecipadamente para a entrevistada para ciência e formalização do seu aceite em participar da pesquisa.

O roteiro contém perguntas que discorrem sobre a identificação, o descobrimento da surdez de seus filhos e sobre as dificuldades encontradas durante sua vida tanto no ambiente social quanto e principalmente no ambiente escolar. A entrevista foi previamente agendada com a mãe e foi gravada através de um gravador de voz, para depois transcrevê-las.

Tendo em vista, toda a autorização de direitos e de entrevista, optou-se também em criar um nome fictício para a entrevistada, “Cecília”, de modo que o utilizaremos durante o discorrer de todo o texto.

Este trabalho encontra-se organizado em capítulos, além da introdução: no primeiro capítulo, intitulado “a *Linguagem na Educação de Surdos*”, foi explanado sobre a definição de linguagem, língua e a concepção da Surdez, bem como as legislações que convergem sobre a educação de surdos no Brasil; o segundo capítulo, intitulado “*A Pandemia da covid-19 e as*

*Consequências na Educação*” foi reservado para discorrer sobre as implicações durante o período da Pandemia da covid - 19, e o terceiro e último capítulo intitulado “*Relato de Experiência de “Cecília”, mãe de surdos*”, foi destinado à análise dos dados conforme o relato de experiências vividas por “Cecília”. Assim, no próximo capítulo será abordada a linguagem na escolarização bilíngue.

### 3 A LINGUAGEM NA ESCOLARIZAÇÃO BILÍNGUE

Neste capítulo, abordou-se a linguagem como parte importante do desenvolvimento humano, pois sua ausência traz sérias consequências para o desenvolvimento emocional, social e intelectual do indivíduo (Ferreira; Schlickmann, 2022). A comunicação se dá por meio de compartilhamento de pensamentos, ideias, informações e sentimentos podendo envolver ou não outras pessoas (Berlo, 1970; Moini *et al.*, 2023). Mas, por se tratar de um processo complexo e multifacetado, este nem sempre ocorre de forma clara e eficaz, como no contexto da escolarização, em especial, na educação bilíngue para crianças, jovens e adultos surdos.

Sob este viés, tomou-se como ponto de partida as definições dos termos língua e linguagem, antes de adentrarmos às especificidades do desenvolvimento linguístico dos sujeitos surdos. Com isso, iremos transitar por diferentes caminhos epistemológicos, teorias que adotam perspectivas estruturalistas, perspectivas de tradição histórico-cultural, dos Estudos Culturais, dos Estudos Surdos entre outras.

Segundo estudos de Zuin e Reyes (2010) a língua é um conjunto de convenções adotadas pelo social cuja finalidade é permitir o exercício da linguagem nos indivíduos; já a linguagem, as autoras definem como um conjunto de funções que permitiria a comunicação através do uso da língua, isto é, a linguagem englobaria os aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos dos indivíduos.

As mesmas autoras apresentam Saussure (1969) como o principal representante no campo do estruturalismo, e dispõem que o mesmo “complementa que a língua é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode criá-la nem modificá-la, isto é, ela existe por um ‘contrato’ estabelecido socialmente” (Zuin; Reyes, 2010, p.26).

Para a linguística da enunciação, a linguagem é caracterizada como:

Um lugar de constituição das relações sociais, onde os falantes são os sujeitos. Através da linguagem o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando, de forma que o falante age sobre o ouvinte, construindo vínculos que não existiam antes da fala. Nessa concepção de linguagem, a língua existe na interlocução (Zuin; Reyes, 2010, p. 28).

Por esta concepção a linguagem é compreendida como um conjunto de práticas sociais e suas interações produzidas em todas as suas manifestações e pelas diferentes variações linguísticas utilizadas. No capítulo de livro intitulado “*Bilinguismo e surdez: e a evolução dos conceitos no domínio da linguagem*”, Fernandes e Correia (2015, p.07) defendem que a linguagem é parte do

universo simbólico o qual representa uma capacidade intrínseca do homem, diferente em espécie de qualquer outro organismo. Essa capacidade de comunicação por meio de símbolos é compreendida como condição do desenvolvimento cultural. Os autores ainda acrescentam que esta capacidade de operação com signos interfere diretamente no desenvolvimento cognitivo.

Já na contramão de Suassure (1969), com os avanços dos conceitos sobre o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, Vygotsky (1989) propõe que a imutabilidade dos signos, do qual constata-se que “os signos são formações dinâmicas e não estáticas, seu desenvolvimento é individual, não social” (Fernandes; Correia, 2005).

Portanto, segundo a perspectiva de Vygotsky (1989) complementada por Fernandes e Correia, (2005) em que:

[...] o homem aprende gradualmente do mundo sociocultural um sistema simbólico fundamental para fazer os recortes da realidade e, assim, organizar e ordenar a experiência apreendida, gerando, neste processo, as interpretações. O processo de apreensão deste sistema simbólico se dá gradativamente no curso de seu desenvolvimento cognitivo, através de um processo de apreensão que Vygotsky chamou de “internalização” dos dados do universo sociocultural (Fernandes; Correia, 2005, p.12).

De acordo com os autores citados, a linguagem é um sistema simbólico, dependente das convenções sociais e culturais e uma determinada comunidade linguística, esses signos são responsáveis pela organização do pensamento de cada indivíduo e, por conseguinte, o desenvolvimento da linguagem inicia-se nas interações do bebê com os adultos que estão ao seu redor, responsáveis por sua inserção nas relações humanas e nas práticas socioculturais. Fica evidente, que o desenvolvimento da criança é edificado nas relações estabelecidas com outrem, que possuem domínio da linguagem, que, por seu intermédio, significam a criança, a si mesmos e o mundo (Lodi, 2012, p.15).

É, portanto, nas relações constituídas pela e com a criança, por meio das interações verbais e em uma dinâmica dialética, que a criança virá a se constituir (Giroto; Martins; Berberian, 2012, p.15; Lodi, 2012). Para a criança surda, o desenvolvimento da linguagem acontece com a mesma competência que para as crianças ouvintes, porém, faz-se necessário a apresentação da sua língua o mais cedo possível, a língua de sinais (Vigotsky, 1989; Furtado, 2022).

Fernandes e Correia (2005) explicam que quanto mais precoce as crianças surdas terem acesso à língua de sinais, mais rapidamente será desenvolvido o processamento mental que envolve os mecanismos linguísticos, ou seja, as crianças poderão compreender os significados do sistema simbólico, no caso a compreensão dos significados de cada sinal apresentado. Os mesmos autores

consideram que “a língua de sinais” é o sistema mediador da criança surda por excelência, e a semiose é o conceito que melhor descreve essa atividade de mediação entre as percepções e sua transformação em conceitos mentais (Fernandes; Correia, 2005, p.23).

Assim, com todo esse avanço das discussões no universo da linguagem e cognição, da aquisição da língua de sinais no desenvolvimento dos surdos, o bilinguismo para a educação de surdos passou a ser diretriz para um modelo educacional (Brasil, 2021). Antes de nos aprofundarmos sobre essa perspectiva educacional para surdos, iremos discorrer um pouco sobre as formas que a surdez é vista pela sociedade e qual perspectiva se encaixa mais nesta concepção. Há duas grandes formas de conceber a surdez: patologicamente ou culturalmente.

Na visão patológica, o surdo é visto como deficiente, que precisa de recursos ou intervenções cirúrgicas para se tornar “padronizado” e fazer parte do grupo majoritário na sociedade em que vive, assim, ver a surdez como um problema está diretamente relacionado a essa concepção. Essa visão segundo Gesser, (2009), é o discurso fortemente construído e aceito pela maioria, a qual define o surdo como um portador de uma limitação física que requer intervenções para se tornar “normal”. Já na visão cultural, o surdo é considerado em sua totalidade, identitária, linguística e cultural (Gesser, 2009, p.63). A valorização da língua de sinais e suas particularidades é representada de forma positiva em algumas comunidades surdas e ouvintes. Esta perspectiva cultural chegou mais forte ao Brasil juntamente com estudos do grupo de pesquisa chamado “Estudos Surdos”, um campo teórico que primou a aproximação com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo do surdo (Skliar, 1998, p.29). Dentre alguns pesquisadores participantes deste grupo de pesquisa destacam-se, Lucinda Ferreira Brito, Gladis Perlin, Ronice Quadros, Lodenir Karnopp e o professor argentino Carlos Skliar (Skliar, 1998; Quadros; Schmiedt, 2006).

Conforme os autores, é sob esta perspectiva cultural que a educação de surdos é pautada, uma educação bilíngue que envolve a língua de sinais (primeira língua ou L1) e a Língua Portuguesa (segunda língua ou L2) na modalidade escrita. A esse respeito, Quadros e Schmiedt (2006, p.18) explicam que, a adoção da educação bilíngue implica na coexistência de duas línguas no espaço escolar e a escola deverá tomar novas decisões político-pedagógicas.

Quanto aos tipos de surdez, há vários:

[...] pode ser condutiva, neurossensorial ou mista. A condutiva ocorre por uma “alteração na orelha externa (meato acústico) e/ou média (membrana timpânica, cadeia ossicular, janelas oval e redonda e tuba auditiva)”. Já o tipo neurossensorial afeta a cóclea e/ou o

nervo auditivo. As perdas auditivas mistas, por sua vez, englobam alterações condutivas e neurosensoriais. O grau de surdez pode variar de leve a profundo. A surdez leve pode, ir se agravando com o tempo e virar surdez profunda. São limiares de cálculos os resultados em decibéis: “normal: até 25 dB, leve: de 26 a 40 dB, moderada: de 41 a 55 dB, moderadamente severa: de 56 a 70 dB, severa: de 71 a 90 dB, profunda: maior que 91 dB” (Gesser, 2009, p.72).

Conforme a citação acima, dependendo de cada tipo de surdez, de cada tipo de construção familiar, cada incentivo linguístico e cultural, o sujeito surdo irá desenvolver e construir suas identidades, alguns poderão ser protetizados (uso de aparelhos auditivos), outros não, alguns poderão utilizar da oralidade (uso da fala de modalidade oral-auditiva), outros somente através da língua de sinais, outros se empenharão em movimentos políticos, sociais e culturais, conhecido como Movimento Surdo. Pois, “os surdos possuem características culturais que moldam sua forma de ver, sentir e se relacionar com o mundo, sendo essa cultura surda caracterizada pela forma visual” (Gesser, 2009). Nesse contexto, a comunidade surda, após histórica luta de mobilização por seus direitos, conseguiu, no Brasil, por via da Lei n.º 10.436/2002, o reconhecimento oficial da “Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas” (Brasil, 2002). Em 2005, essa lei passou a ser regulamentada pelo Decreto n.º 5.626, que estabeleceu inúmeras prerrogativas em relação aos direitos dos sujeitos surdos e uma educação bilíngue (Brasil, 2005). Esse decreto, regulou e garantiu ao surdo o direito à educação e à saúde, além de promover a divulgação do ensino de Libras nos cursos de formação de professores ao abordar questões relacionadas aos intérpretes e tradutores (Brasil, 2005; Brasil, 2015; Ribeiro; Silva, 2015).

Assim sendo, pode-se observar, que a Libras, possui estrutura gramatical própria e valor e status de língua por sua descrição científica, foi reconhecida legalmente apenas em 2002, sendo regulamentada por meio de decreto três anos depois (Brasil, 2002; Brasil, 2005). Esse decreto “definiu que a pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interatua com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura primeiramente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (Brasil, 2005). Estas políticas linguísticas e educacionais propuseram diretrizes para a efetivação de práticas pedagógicas e educacionais para a educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021).

Em relação aos surdos, a Lei n.º 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 5.626/2005, prevê, entre outras disposições: o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns; a educação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa, que contempla o ensino escolar tanto na Língua Portuguesa quanto na Libras; o ensino do Português como segunda língua na modalidade escrita

para alunos surdos; os serviços de tradutor e intérprete de Libras e Língua Portuguesa; e o ensino de Libras para os demais alunos da escola (Brasil, 2005).

Recentemente, houve a homologação da Lei nº 14.191, de 2021, que insere “a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996), como uma modalidade de ensino independente - antes incluída como parte da educação especial” (Brasil, 2021). Portanto, o entendimento de educação bilíngue é aquele que tem a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda.

A educação bilíngue para estudantes surdos pode acontecer em duas situações distintas: instituições específicas que oferecem ensino bilíngue para surdos e escolas regulares que promovem a inclusão de estudantes surdos. Nas instituições voltadas para surdos, o aprendizado é conduzido com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1), enquanto o português escrito é tratado como segunda língua (L2), criando um ambiente onde a cultura surda é fundamental (Almeida, 2015, p.38; Brasil, 2021). Nessas escolas, o currículo é adaptado para valorizar a comunicação visual e fortalecer a identidade surda, contando com professores fluentes em Libras - muitas vezes também surdos - e, funcionam como exemplos linguísticos e culturais. Essas instituições proporcionam um espaço onde os estudantes surdos podem desenvolver completamente sua língua natural, adotando práticas pedagógicas que reconhecem suas particularidades linguísticas e culturais, conforme estipulado pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005; Ruzza, 2022, p.312). Por outro lado, nas instituições de ensino regular, a educação bilíngue é realizada por meio da inclusão de estudantes surdos nas salas de aula comuns, com o suporte de intérpretes ou tradutores de Libras. Nesse contexto, o ensino também inclui o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais, comumente durante o período inverso, com ênfase no ensino do português escrito como L2 e no desenvolvimento de estratégias de acesso às disciplinas curriculares por meio do ensino e uso da Libras. No entanto, essa modalidade de atendimento não proporciona a mesma imersão cultural vista nas escolas bilíngues específicas, o que pode impactar a plena construção da identidade surda e o desenvolvimento linguístico em Libras (Kubaski; Moraes, 2009).

A Lei nº 14.191/2021 representou um progresso significativo ao estabelecer a educação bilíngue para surdos como uma modalidade de ensino independente, afastando-se da educação especial e incorporando-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A norma enfatiza a utilização da Libras como primeira língua (L1) e do português escrito como segunda

língua (L2), assegurando que o planejamento educacional atenda às demandas linguísticas e culturais dos surdos. Ao contrário do modelo inclusivo em escolas tradicionais, onde o AEE desempenha um papel adicional ao ensino regular, a nova legislação estimula o estabelecimento de instituições bilíngues ou polos especializados, com professores fluentes em Libras e metodologias voltadas para a comunidade surda. Essa mudança na legislação visa promover uma educação mais justa, reconhecendo a identidade dos surdos e assegurando acesso a um currículo que valorize a língua de sinais como componente fundamental no processo de ensino.

A educação de surdos está fundamentada na Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994), que se harmoniza com a abordagem da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Dentro desse cenário, os indivíduos surdos são ainda vistos como um público prioritário da Educação Especial, sendo considerados como pessoas com deficiência auditiva. O principal intuito dessa política é facilitar a inclusão pedagógica desses alunos nas salas de aula convencionais, garantindo sua permanência em turmas regulares e proporcionando as condições necessárias para o acompanhamento e o progresso nas atividades escolares. Essa orientação está descrita no item VI das Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), que enfatiza a relevância da inclusão real e do atendimento às particularidades dos estudantes surdos no contexto educacional comum (Brasil, 2008).

Portanto, a Educação Especial é identificada como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades e tem como objetivos:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008).

Para que alunos surdos possam usufruir do Atendimento Educacional Especializado (AEE) durante o período fora da sala de aula, é fundamental que estejam matriculados em turmas comuns, com a orientação de professores regulares e o suporte de tradutores e intérpretes da Libras. Nessas condições, esses alunos terão acesso a Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)<sup>1</sup>, presentes

---

<sup>1</sup> As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

prioritariamente em escolas que dispõem dessa estrutura e, geralmente estruturadas como escolas-polo (Brasil, 2020). Preferencialmente deve estar integrada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com professores ouvintes e surdos com formação na área educacional, com especialidade em Educação Especial, Educação Inclusiva e em Libras, além de profissionais com fluência em Libras (Brasil, 1996; 2013; Ropoli, 2010).

Desse modo, os atendimentos serão distribuídos em três momentos: AEE de Libras, onde os estudantes estarão adquirindo novos vocabulários na língua de sinais; AEE em Libras, onde o professor da sala de recursos juntamente com o professor regente de sala de aula possam trocar informações dos conteúdos e atividades a serem realizadas pelos estudantes e nesse momento, os conteúdos serão todos sinalizados na língua de sinais, focando na sua primeira língua; e, por fim, o AEE em Língua Portuguesa, sendo ensinada na modalidade escrita e como segunda língua (Brasil, 2004b; Rocha, 2023).

Na próxima seção será abordada as consequências e sequelas que a pandemia da covid -19 deixou na educação brasileira, de modo geral, e, em especial, na educação dos estudantes surdos, filhos de “Cecília”.

#### 4 A PANDEMIA DA COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a covid-19 como uma pandemia em março de 2020, três meses após o primeiro caso ter sido identificado na cidade de Wuhan, no sudeste da China. Desde então, a covid-19, doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), se espalhou para dezenas de países e infectou mais de 655 milhões de pessoas, sendo os Estados Unidos o país com maior número de casos. O país norte-americano também registrou 16% das vítimas fatais da doença, que matou 6,67 milhões de pessoas em todo o mundo (Organização Pan-Americana da Saúde, [2020?]).

O primeiro caso de covid-19 foi descoberto no Brasil em fevereiro de 2020, e quase três anos depois, aproximadamente 36 milhões de pessoas foram infectadas e cerca de 700 mil morreram (Brasil, 2023). A vacinação é atualmente a forma mais importante de prevenir a doença e evitar a propagação do vírus, que tem causado profundas mudanças socioeconômicas em todo o mundo, principalmente nas regiões mais pobres (Ministério da Saúde, 2021).

Todas as escolas, por medidas de segurança, começaram a trabalhar com atividades planejadas e remotas, como uma sala de aula em plataforma digital, alguns professores faziam aula pela plataforma *Google Meet*, elaboravam atividades e outros apenas entregavam aos alunos as atividades que teriam que seria realizada e devolvida.

Embora a legislação brasileira tenha avançado, ainda existem alguns problemas na educação de surdos, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior. Tais barreiras estão relacionadas, sobretudo, à falta de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Dentre os principais obstáculos, destaca-se a insuficiência de profissionais qualificados, sobretudo, a escassez de tradutores e intérpretes de Libras, bem como a ausência de políticas efetivas de formação continuada voltadas para o domínio da Libras por parte dos docentes da educação básica e superior.

Apesar da política de educação inclusiva e da educação especial o impasse não é exclusivo do Brasil. De acordo com a Federação Mundial dos Surdos, (2018), a educação inclusiva para surdos deve reconhecer suas necessidades particulares de comunicação, sobretudo, a inclusão da Libras, pois, muitos deles enfrentam dificuldades como baixa proficiência em libras, mesmo depois de frequentarem a escola.

A baixa escolaridade dos surdos também dificulta sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), apenas 0,8% das mais de 10 milhões

de indivíduos que relataram perda auditiva estão empregados com registro em carteira (Quadros; Cruz, 2011).

De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, as instituições de ensino brasileiras “devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas o acesso à comunicação, à informação e à educação, tanto nos processos seletivos quanto nas atividades e conteúdos curriculares, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino” (Brasil, 2005). Essa normativa abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, incluindo a disponibilização da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos. Entretanto, apesar das garantias legais, a realidade da educação bilíngue no Brasil continua aquém do esperado. Diversas instituições enfrentam desafios significativos, como a inadequada formação dos docentes, tanto em relação à fundamentação pedagógica quanto em proficiência em Libras. Além disso, a carência de investimentos públicos direcionados ao aprimoramento pedagógico e à infraestrutura das escolas compromete diretamente a efetivação de práticas inclusivas eficazes. Essas limitações evidenciam a urgência de políticas públicas que não apenas regulamentem os direitos das pessoas surdas, mas também garantam as condições materiais e formativas necessárias para que tais direitos se realizem no cotidiano escolar (Vieira; Cirino, 2024, p.18).

Segundo o inciso II do artigo 13 do Decreto nº. 5.622/2005, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade EAD deverão conter “o atendimento apropriado para pessoas surdas ou com deficiência auditiva,” (Brasil, 2005). O Decreto nº. 5.296/2004, em seu artigo 24, também enfatiza claramente a acessibilidade ao afirmar que “os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência” (Brasil, 2004b, art. 24).

Nessa lógica, a educação a distância se apresenta como um desafio para a formação de surdos, uma vez que os ambientes virtuais de aprendizagem, em sua maioria, não estão devidamente ajustados às suas necessidades comunicativas. Muitas aulas são ministradas exclusivamente de forma verbal, o que dificulta a plena assimilação do conteúdo por parte desses alunos, comprometendo seu processo de aprendizado. Para garantir a inclusão efetiva desses alunos, é imprescindível oferecer um tratamento pedagógico diferenciado, que contemple recursos acessíveis e adequados à comunidade surda (Brasil, 2016). Dentre esses recursos, destacam-se a produção de vídeos com tradução em Libras e a disponibilização de materiais didáticos, como

manuais, guias e apostilas, tanto em português escrito quanto em Libras. Pois, essas intervenções são fundamentais para assegurar o direito à educação com equidade e qualidade no contexto da educação a distância.

O professor é o representante mais próximo do aluno, é o responsável direto pelo desenvolvimento curricular e pela prática pedagógica. Sua tarefa é mediar essa interação com o conhecimento, criando uma relação dialógica e problematizadora, onde, como educador, também vivencia um papel cultivado por meio do processo de humanização da pessoa. Como destacado por Freire, (1970):

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...] (Freire, [1970] 1987, p. 34).

Sua formação, portanto, deve ser abrangente e versátil, para que possa tratar os alunos surdos de maneira personalizada e eficaz.

O profissional tradutor e intérprete de Libras é responsável pelo processo de interpretação/tradução de conteúdos e informações da língua-fonte para a língua-alvo, e vice-versa, além de mediar as trocas comunicativas em sala de aula (Quadros, 2004). Esse profissional tem como função “viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes, atuando na fronteira entre os sentidos da língua oral (português) e da língua de sinais em um processo ativo dinâmico e dialético” (Lacerda; Albres; Drago, 2013, p.76). Portanto, é um indicador importante para promover à acessibilidade e a efetiva inclusão escolar.

Em geral, há professores que carecem tanto de formação básica quanto de educação especial. Essa carência se deve, em grande parte pela falta de recursos financeiros para o aprimoramento pedagógico.

Com isso, no próximo capítulo discorrer-se-á sobre a descrição dos relatos de experiência de Cecília de conforme o roteiro semiestruturado e das conversas informais realizadas.

## 5 RELATO DE EXPERIÊNCIA DE “CECÍLIA”, MÃE DE SURDOS

Neste capítulo discorreu-se sobre os relatos de experiência e algumas respostas e falas informais de “Cecília” durante a entrevista, a partir das questões semiestruturadas antecipadamente. Vale ressaltar que deixamos ela livre para comentar e dizer realmente tudo que sentiu e sente sobre as barreiras e dificuldades encontradas em sua vida durante a criação de seus filhos. Apesar do nosso parentesco e de já ter algumas informações prévias sobre sua vida não intervimos em suas respostas e a deixamos falar tudo o que queria dizer. Iniciamos com sua história de vida.

Este relato de experiência é baseado nas dificuldades enfrentadas por “Cecília”; mãe de surdos durante o período pandêmico em relação à escolarização de seus filhos. A pandemia afetou a vida de muitas pessoas e famílias ao redor do mundo e mudou completamente a rotina escolar, especialmente, pessoas com deficiência auditiva, como é o caso dos filhos dessa mãe. Desafios como a falta de recursos adequados, a dificuldade de acesso à tecnologia e a adaptação a novas formas de ensino e aprendizagem se intensificaram, tornando-se ainda mais desafiadores para as crianças surdas, que precisam de cuidados específicos.

Em 2020 no início da pandemia, “Cecília” e eu tivemos a oportunidade de trabalhar juntas em uma pizzaria da cidade, pois a universidade por conta das medidas de distanciamento social se organizou com aulas na modalidade de Educação à Distância (EAD), então foi onde eu aproveitei e arrumei um serviço noturno, portanto durante o dia eu estudava e a noite trabalhava. Deste modo, pude observar várias vezes “Cecília” chegar muito estressada no trabalho por questões que seus filhos estavam passando na escola, ela relatava que os dois filhos tinham laudo médico, sendo um surdo e outro deficiente auditivo, mas só um deles tinha o auxílio de uma Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) na escola. Ela relatou também que quando foi com o laudo procurar uma intérprete para o seu filho com “deficiência auditiva” disseram que ele não precisava, mesmo insistindo e informando que ele tinha muita dificuldade.

Como mãe ela, sentiu na “pele” essa realidade e teve que rever e redobrar seus esforços para garantir uma educação de qualidade para seus filhos, mesmo diante das limitações impostas pela pandemia. Ela passou uma série de dificuldades para ajudar seus filhos a acompanharem as atividades escolares, com a falta de adaptação nas atividades e pouco auxílio de alguns professores.

“Cecília”, de 41 anos, nasceu no estado do Paraná na cidade de Marechal Cândido Rondon, mas reside, aproximadamente, há 20 anos na cidade de Aquidauana no estado de Mato Grosso do Sul, onde trabalha em uma pizzaria da cidade desde quando chegou. Ela tem uma filha do primeiro casamento e, está casada atualmente com o pai de seus outros quatro filhos. “Cecília”, é a irmã mais nova de uma família de quatro filhos. Sua mãe residia em uma chácara no município de Anastácio, enquanto um de seus irmãos - que atualmente vive em Aquidauana - morava, na época, com outro irmão no estado do Paraná. Mas, quando precisou servir ao Exército, decidiu alistar-se em Aquidauana, com o objetivo de permanecer próximo da namorada. Após esse período, casou-se e fixou residência na cidade.

Ela tem cinco filhos sendo quatro meninos e uma menina, com idades de vinte e quatro (24), dezesseis (16), quinze (15), seis (06) e (04) anos; todos ainda residem com ela e dois de seus filhos são surdos, com perdas auditivas distintas, um com a perda auditiva bilateral tipo severa e o outro com perda auditiva bilateral tipo leve. Ela contou que descobriu que seu filho era surdo ainda no jardim de infância onde foi orientada a procurar um especialista em Campo Grande-MS. Assim, descobriu que seu filho tinha surdez, após receber o laudo a escola do município onde estudava na época não deu muita importância, falou para “Cecília”, que era muita burocracia para ela conseguir um professor intérprete para ele, além das diversas dificuldades que deram a ela.

Já sobre o outro filho com uma perda auditiva bilateral tipo leve ela contou que foi mais difícil para ela e para a família, pois, com uns 7 a 8 anos ela descobriu que ele estava perdendo a audição, onde teve que procurar especialistas novamente para orientá-la. Foi então que ele teve que usar aparelho auditivo e fazer acompanhamentos.

“Cecília”, vem enfrentando problemas em relação à educação bilíngue de seus filhos, pois só um deles conta com o apoio de um tradutor e intérprete de Língua de Sinais (TILS); o outro, segundo a escola, não necessita desse suporte por conseguir ouvir, o que desconsidera a Libras como sua primeira língua. Atualmente, um dos filhos cursa o Ensino Médio e o outro, o Ensino Fundamental. Ambos, no entanto, não foram devidamente alfabetizados em Libras - sua língua natural - e, por isso, apresentam um perfil de alunos copistas, com dificuldades de compreensão e expressão. Na sala de recursos multifuncional, chegaram a ter aula com uma professora surda que se comunicava exclusivamente em Libras. No entanto, devido à formação linguística deficitária dos alunos nessa língua, não conseguiam compreender as orientações pedagógicas, o que comprometeu ainda mais o processo de aprendizagem.

Ela, como mãe, vem enfrentando obstáculos desde a descoberta das perdas auditivas de seus filhos, não foi diferente nas escolas. Não houve suporte necessário do que precisavam, não conseguiu que seus filhos fossem alfabetizados em Libras e ainda teve que enfrentar preconceitos nas escolas. Essa experiência revelou a importância da empatia e do cuidado com as crianças surdas, especialmente no contexto escolar, onde a inclusão é fundamental. Além disso, mostra como a resiliência e a determinação podem ajudar as famílias a superar as adversidades impostas por situações extraordinárias como a pandemia.

“Cecília”, enfrentou desafios ainda maiores, uma vez que os filhos dependiam do ensino presencial. Com o fechamento das escolas durante a pandemia, eles ficaram isolados e tiveram seu aprendizado prejudicado. No entanto, a mãe não desistiu e se dedicou a encontrar soluções para garantir que seus filhos continuassem a ter acesso ao ensino.

Ela comentou que apesar de todas as dificuldades, pode contar com o apoio de tradutores e intérpretes de Libras para traduzir as informações das aulas e dos materiais didáticos. Comentou ainda que essa medida foi fundamental para que as crianças pudessem compreender o conteúdo e acompanhar as atividades propostas. Dessa maneira, ela sofreu muito, pois nem todos os professores entendiam as dificuldades dela e de seus filhos, então mandavam as mesmas atividades dos outros alunos mesmo ela escrevendo nas atividades que os meninos não conseguiam fazer, e também a intérprete não conseguia mandar as atividades adaptadas tão rapidamente. Por fim, é importante destacar que a pandemia evidenciou a necessidade de se investir cada vez mais em tecnologias acessíveis e na capacitação de professores para lidar com alunos surdos e outras especificidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou entender, por meio da história de “Cecília”, mãe de dois filhos surdos, um com perdas auditivas bilateral severa e o outro leve, ambos ainda em processo de aquisição da língua de sinais -, que os obstáculos que as famílias de surdos enfrentam no ambiente escolar, sobretudo, durante a pandemia da Covid-19, ainda são persistentes e frequentemente ignorados pelas instituições educacionais.

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que, embora o Decreto no 5.626/2005, bem como a Lei no 14.191/2021, assegurem os direitos linguísticos e educacionais do indivíduo surdo, a prática educacional ainda está aquém do que é proposto por essas leis. Isso ficou evidente na trajetória escolar dos filhos de “Cecília”, que, mesmo de posse de laudos médicos, o direito à comunicação, informação e a uma educação bilíngue foi sistematicamente negligenciado. Como evidenciado no caso da ausência de um intérprete educacional para o filho surdo, sob a suposição errônea de que sua audição parcial resolveria os problemas de comunicação, corrobora a incompreensão a respeito das diretrizes da educação bilíngue e a degradação do apoio educacional especializado.

Dentre as principais dificuldades identificadas estão: a carência educacional bilíngue desde os anos iniciais de escolaridade, a falta de recursos pedagógicos adaptados, a comunicação deficiente entre escola, intérpretes e família, além das salas de aula superlotadas, que torna impossível um acompanhamento individual apropriado. As restrições do ensino à distância durante a pandemia intensificaram essa circunstância, pois os recursos audiovisuais não atendiam às particularidades dos alunos surdos, e as adaptações, quando necessárias, não eram feitas a tempo.

Apesar das dificuldades, a pesquisa também apontou possíveis direções. O primeiro passo é incentivar a formação inicial e contínua dos professores habilitando-os a trabalhar na perspectiva bilíngue, reconhecendo a Libras como a primeira língua dos surdos e o português escrito como a segunda. Outro ponto crucial diz respeito à implementação efetiva de escolas bilíngues e centros educacionais para surdos, conforme estabelecido pela Lei no 14.191/2021, contando com profissionais capacitados, incluindo docentes surdos e ouvintes com proficiência em Libras.

Outra solução envolve a implementação e disseminação de recursos pedagógicos acessíveis, que contemplem, além de vídeos em Libras, os recursos visuais, gráficos, imagens e textos em português adaptado, garantindo, dessa forma, uma comunicação mais eficiente e um aprendizado significativo.

Por fim, esta pesquisa reafirma a relevância de uma educação que ultrapasse o discurso inclusivo e se concretize em práticas pedagógicas eficientes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, ao desenvolvimento completo, à independência e à cidadania dos indivíduos surdos. O relato de “Cecília” não é somente uma vivência pessoal, mas também uma representação das vulnerabilidades do sistema educacional do Brasil diante da diversidade existente. Além disso, é um apelo à ação para a criação de uma sociedade mais justa, igualitária e genuinamente inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, WG. org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Disponível em: SciELO Book <http://books.scielo.org>. Acesso em 24 mai. 2025.
- BERLO, David K. **O processo da comunicação** (Introdução à teoria e prática). Rio-Lisboa, Editora Fundo de Cultura S.A., 1970. 270 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). acesso em 21 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 mai. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Heloísa Maria Moreira Lima Salles ... [et al.]. Brasília: MEC, SEESP, 2004a.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 21 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. (Série Legislação, n. 200). Disponível em:

[https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei\\_brasileira\\_inclusao\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf). Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **A Consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2016**. Brasília: 2016. 413p. Disponível em: <https://encr.pw/9iPbj>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm). Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 23 mai. 2025.

Sinopsys Editora. **Educação para surdos: desafios da realidade brasileira**. jun. 2021. Disponível em: <https://l1nq.com/0NIDj>. Acesso em: 23 mai. 2025.

DIGIAMPIETRI, Maria Carolina Casati. **Narrativas de mães ouvintes de crianças surdas: oralidade, metáfora e poesia**. São Paulo, 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HAHN, A. R. O.; LANZARIN, C. V.; FERREIRA, D. A.; de DEUS, V. F. **O Bilinguismo Aplicado à educação especial de surdos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2009. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php?title=O\\_BILINGUISMO\\_APLICADO\\_%C3%80\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_ESPECIAL\\_DE\\_SURDOS](https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php?title=O_BILINGUISMO_APLICADO_%C3%80_EDUCA%C3%87%C3%83O_ESPECIAL_DE_SURDOS). Acesso em: 24 mai. 2025.

FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS SURDOS - WFD. Documento de posicionamento da WFD sobre a educação inclusiva. Trad. Stephanie Caroline Alves Vasconcelos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-57, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1167>. Acesso em: 21 maio 2023.

FERNANDES, E.; CORREIA, C. M. de C. Bilinguismo e surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem. **In:** FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 7-25.

FERREIRA, T. C. de S.; SCHLICKMANN, M. S. P. A teoria histórico-cultural e a educação escolar numa perspectiva humanizadora. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp.1, p. 0643-0660, 2022. DOI:10.21723/riaee.v17iesp.1.15753.

FURTADO, Suely Martins. A Criança surda e o desenvolvimento da linguagem numa concepção pedagógica. **Revista Científica FacMais** - Faculdade de Inhumas, Volume XIX, Número 1. Dez. 2022. Disponível em:  
<https://revistas.facmais.edu.br/index.php/revistacientificafacmais/article/download/16/14>. acesso em: 23 mai. 2025.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, L.P. **Idéias para ensinar português para surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KUBASKI, Cristiane.; MORAES, Violeta Porto. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 1-10. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos\\_edespecial/biliguinguismo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguinguismo.pdf). Acesso em: 21 jun. 2025.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, Mar. 2013. DOI:  
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100005>.

LODI, A. C. B. Desenvolvimento de linguagem e apropriação da Libras como primeira língua por crianças surdas e práticas de letramento. In: GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. S. O.; BERBERIAN, A. P. (Org.). Surdez e Educação Inclusiva. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 13-36. DOI:  
<https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-315-1.p13-36>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Coronavírus Brasil: primeiro caso de COVID-19 é confirmado em São Paulo**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:  
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Como se proteger?** 2021. Disponível em:  
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19-old/como-se-proteger>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MOINI, Jahangir et al. **Chapter 21 - Communication Process - an overview.** In: MOINI, Jahangir et al. *Health Care Today in the United States.* [S. l.]: Academic Press, 2023. p. 467-484. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/B978-0-323-99038-7.00014-X>. Acesso em: 23 mai. 2025.

MOURA, Maria Lúcia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia Ann. **Manual de Elaboração de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

MOURA, M. L. S. de.; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde -OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19, 2020.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ROCHA, Nathália Scalabrine. **Ensino de línguas para surdos no Atendimento Educacional Especializado.** 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica) Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, 2023. 145p.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

RIBEIRO, Tiago, SILVA. Aline Gomes da. **Leitura e escrita na educação de surdos: das políticas às práticas pedagógicas.** Coleção Educação e Surdez, Wak Editora: Rio de Janeiro, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** Trad de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

SKLIAR, C. (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação.1998.

VIEIRA, Leociléa Aparecida; CIRINO, Roseneide Maria Batista (org.). **Políticas e práticas para a Educação Inclusiva discussões sob uma perspectiva ampliada.** Paranaguá: UNESPAR, 2024. 243 p. Livro eletrônico.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZUIN, P. B.; REYES, C. R. **O ensino da língua materna: dialogando com Vygotsky, Bakhtin e Freire,** São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

## APÊNDICES

### Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso intitulada “**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA MÃE DE SURDOS DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MS: DESAFIOS ENCONTRADOS NA EDUCAÇÃO DURANTE À PANDEMIA**”, sendo realizada por mim Giovanna Fernandes CPF nº 06621086121, discente do Curso de Letras/ Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, no Campus de Aquidauana no estado de Mato Grosso do Sul e sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Roberto Nantes Araujo CPF nº 955423451-15 professor.

Esta pesquisa tem por objetivo geral registrar através de relatos da família a falta de acessibilidades de alunos surdo e deficiente auditivo durante à pandemia. Os objetivos específicos são: a) Apresentar as possibilidades e direitos dos estudantes surdos na educação escolar; b) Investigar a falta de acessibilidade educacional aos estudantes surdos no período pandêmico.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre o seu interesse e sua disponibilidade cooperar com a pesquisa.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, áudios de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A produção de dados será realizada por meio de observação e entrevista semiestruturada com os participantes. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. A sua participação na pesquisa não implica nenhum risco. Caso queira poderemos considerar um nome fictício para a participante para que sua identidade seja preservada.

Autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso - TCC. A minha imagem e o som de voz podem ser utilizadas apenas para apresentações em conferências, congressos e atividades educacionais com a finalidade acadêmica e profissional.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

A sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Desta maneira, é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou

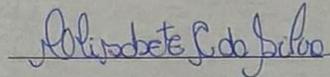
interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (67) 991122684 prof. orientador Bruno Roberto Nantes Araujo e pelo (67) 984680969 meu contato pessoal Giovanna.

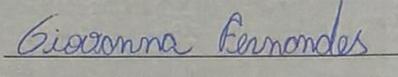
Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de uma produção de trabalho de conclusão de curso – TCC, e poderá ser apresentada numa banca examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso na instituição. Ou, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Aquidauana, 15 de maio de 2023.



Assinatura do(a) participante



Assinatura do(a) pesquisador(a)

Pesquisadores Responsáveis: Giovanna Fernandes. Endereço: Rua Magno Maciel Martins, 448, bairro João de Barro, CEP: 79210000 Anastácio – MS. Prof. Dr. Bruno Roberto Nantes Araujo  
Endereço: R. Oscar Trindade de Barros, 740 - Da Serraria, Aquidauana - MS, 79200-000

## **Apêndice II - Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

### **1.1 Sessão I: identificação da participante da pesquisa:**

- 1) Nome completo:
- 2) Como ela deseja ser chamada na pesquisa? Para questão de preservação da identidade se ela quiser.
- 3) Idade:
- 4) Nacionalidade (onde nasceu? Onde vive?)
- 5) Escolaridade:
- 6) Estado Civil:
- 7) Quantos filhos? Sexo? Idade?
- 8) Possuem algum tipo de deficiência? Qual?
- 9) Se possuem laudo médico (audiometria)?
- 10) Se ela conhece a Língua de sinais?
- 11) Como foi a descoberta da condição de surdez dos filhos? Quais foram as maiores dificuldades dentro da família?
- 12) Quais as ações primárias que foram orientadas para ela? Ou se não teve nenhuma orientação?
- 13) Como foi a aceitação na família?
- 14) Se já tem outros casos de surdez na família? Ou se a questão da surdez e da deficiência auditiva foi ocasionado por uma patologia externa?
- 15) Você conhecia ou conhece as leis que asseguram os direitos de acessibilidade das pessoas com surdez e deficiência auditiva?

### **1.2 Sessão II: das vivências da família com a questão da escolarização dos filhos**

- 16) A escola em sua opinião te deu suporte para o atendimento educacional de seus filhos? Para você a escola estava respaldada nas legislações vigentes sobre as políticas da educação especial e da educação inclusiva?
- 17) A escola, durante a matrícula solicitou os laudos médicos dos filhos?
- 18) A escola proporcionou o acompanhamento de um profissional tradutor e intérprete de Língua de Sinais?
- 19) Quais as maiores dificuldades encontradas durante a escolarização dos seus filhos?

- 20) Durante o período pandêmico, como foi o trabalho oferecido pela escola? Seus filhos foram contemplados no atendimento educacional especializado?
- 21) Explique como as professoras e ou professores, bem como a direção em geral da escola atendeu ou não as especificidades destes alunos?
- 22) Relate as maiores dificuldades: as atividades eram adaptadas? Havia um tradutor e intérprete de Língua de sinais para apoio nas aulas? A professora regente explicava as atividades?
- 23) Comente como foi durante a pandemia a escolarização dos seus filhos. Pontos negativos e positivos, se houver?